

Handwritten marks in the top right corner, including a checkmark and a signature.

CONTAS

DE

GERÊNCIA

2018

Handwritten mark in the bottom left corner.

Handwritten mark in the bottom right corner.

Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação	Orçamento	Variação
Gastos	2018 (A)	2017 (B)	A - B	2018 (D)	A - D
61- Custo Inv. Vend. Mat. Consumidas					
Total 61					
62 - Fornecimentos e Serviços					
Trabalhos Especializados	504,30 €	196,80 €	307,50 €	505,00 €	-0,70 €
Honorários	5 850,00 €	6 300,00 €	-450,00 €	6 300,00 €	-450,00 €
Serviços Bancários	11,00 €	14,50 €	-3,50 €	15,00 €	-4,00 €
Material de Escritório		239,18 €	-239,18 €		
Deslocações e Estadas		57,96 €	-57,96 €		
Rendas e Alugueres	73,80 €	13 566,90 €	-13 493,10 €	3 479,00 €	-3 405,20 €
Comunicação	239,66 €	363,66 €	-124,00 €	280,00 €	-40,34 €
Despesas de Representação	1 694,67 €	2 856,28 €	-1 161,61 €	1 575,00 €	119,67 €
Despesas Seminário	1 560,60 €		1 560,60 €	1 560,60 €	
Total 62	9 934,03 €	23 595,28 €	-13 661,25 €	13 714,60 €	-3 780,57 €
63 - Gastos com Pessoal					
Total 63					
64 - Depreciações e Amortizações					
68 - Outros Gastos e Perdas					
Quotizações	460,00 €	1 500,00 €	-1 040,00 €	1 500,00 €	-1 040,00 €
Total 68	460,00 €	1 500,00 €	-1 040,00 €	1 500,00 €	-1 040,00 €
69 - Gastos e Perdas de Financiamento					
Total Gastos	10 394,03 €	25 095,28 €	-14 701,25 €	15 214,60 €	-4 820,57 €

A Entidade

António José Martins
João da Silva

O Contabilista Certificado

Amável Moraes
Amável Moraes
CC n.º 60953

Descrição	Contas de Gerência		Variação	Orçamento	Variação
Rendimentos	2018 (A)	2017 (B)	A - B	2018 (D)	A-D
71 - Vendas					
72 - Prestação de Serviços					
<i>Quotas dos Utilizadores</i>					
<i>Quotizações e Jóias</i>	11 515,00 €	11 252,00 €	263,00 €	9 740,00 €	1 775,00 €
<i>Outras Prestações de Serviços</i>					
Total 72	11 515,00 €	11 252,00 €	263,00 €	9 740,00 €	1 775,00 €
75 - Sub., Doações e Leg. à Exploração					
Municípios	660,00 €	14 480,00 €	-13 820,00 €	5 170,00 €	-4 510,00 €
Doações e Heranças					
Total 75	660,00 €	14 480,00 €	-13 820,00 €	5 170,00 €	-4 510,00 €
78 - Outros Rendimentos e Ganhos					
Seminário	2 035,00 €		2 035,00 €	2 035,00 €	
Correcções de Per. Ant.	20,10 €	880,00 €	-859,90 €	569,00 €	-548,90 €
Protocolo Coop CNIS		3 550,00 €	-3 550,00 €		
Total 78	2 055,10 €	4 430,00 €	-2 374,90 €	2 604,00 €	-548,90 €
79 - Juros, Divid. e o. Rend. Similares					
Total Rendimentos	14 230,10 €	30 162,00 €	-15 931,90 €	17 514,00 €	-3 283,90 €

Resultado (Rendimientos-Gastos)	3 836,07 €	5 066,72 €	-1 230,65 €	2 299,40 €	1 536,67 €
---	-------------------	-------------------	--------------------	-------------------	-------------------

[illegible]

EUR

Balanço Individual em 31-12-2018

Balanco Individual em 31-12-2018

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2018	31/12/2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativo corrente			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/m	7.1	3.350,75	2.671,75
Outros ativos correntes	7.1; 9.1; 9.2	1.800,00	19.020,00
Caixa e depósitos bancários	4	12.538,97	10.804,91
		17.689,72	32.496,66
Total do ativo		17.689,72	32.496,66
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	7.2	20,00	20,00
Resultados transitados	7.2	10.711,46	14.487,65
		10.731,46	14.507,65
Resultado líquido do período	7.2	3.836,07	5.066,72
Total do Fundo Patrimonial		14.567,53	19.574,37
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Outros passivos correntes	7.1; 9.1; 9.2	3.122,19	12.922,29
		3.122,19	12.922,29
Total do passivo		3.122,19	12.922,29
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		17.689,72	32.496,66

A Entidade

António Joaquim da Silva
João Alberto

O Contabilista Certificado

Amável Moraes
Amável Moraes
CC n.º 60953

EUR

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31-12-2018

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	5	11.515,00	11.252,00
Subsídios, doações e legados à exploração	6	660,00	14.480,00
Fornecimentos e serviços externos	9.3	-9.934,03	-23.595,28
Outros rendimentos	9.5	2.055,10	4.430,00
Outros gastos	9.4	-460,00	-1.500,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.836,07	5.066,72
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.836,07	5.066,72
Resultado antes de impostos		3.836,07	5.066,72
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		3.836,07	5.066,72

A Entidade

O Contabilista Certificado

António José Natário
João Luís da Silva

Amável Morais
Amável Morais
CC n.º 39242

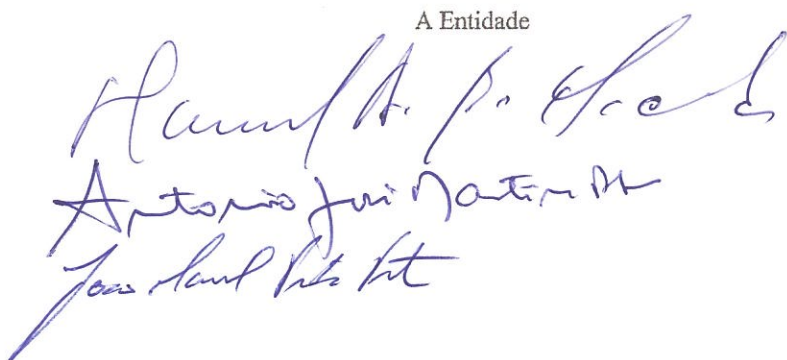


EUR

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa período Findo em 31 de Dezembro de 2018

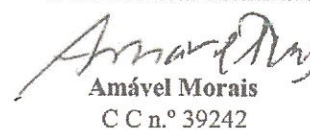
RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		10.836,00	10.952,00
Pagamentos a fornecedores		-16.526,94	-17.427,89
	Caixa gerada pelas operações	-5.690,94	-6.475,89
Outros Recebimentos/Pagamentos		2.035,00	
	Fluxos das atividades operacionais (1)	-3.655,94	-6.475,89
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Recebimentos provenientes de:			
	Fluxos das atividades de investimento (2)		
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios e doações		5.390,00	10.590,00
Pagamentos respeitantes a:			
	Fluxos de atividades de financiamento (3)	5.390,00	10.590,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		1.734,06	4.114,11
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	10.804,91	6.690,80
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	12.538,97	10.804,91

A Entidade



António José Martins

O Contabilista Certificado



Amável Moraes
C C n.º 39242

ANEXO
(Exercício de 2018)

1 - Identificação da entidade

1.1 — Designação da Entidade

União Distrital das IPSS de Vila Real

NIPC: 506 239 918

1.2 — Sede

Lg Caetano Ferreira - Apartado 70

Santa Maria Maior

5400-136 Chaves

1.3 — Natureza da Atividade

Instituição Particular de Solidariedade Social



1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da instituição e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 2º da Portaria nº 986/2009 de 7 de setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso nº 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de

13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 - Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1 - Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

[Handwritten signature and initials]

3.1.2 - Regime do acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.3 - Consistência de apresentação

As Demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.4 - Materialidade e agregação:

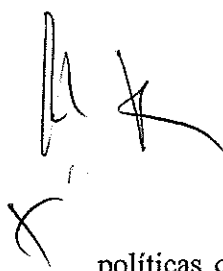
A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 - Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 - Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade, as



políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.7 - Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.8 - Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.



iii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

3.1.9 - Rédito

O rédito relativo a prestação de serviços e juros, decorrentes da atividade ordinária da entidade, é reconhecido pelo seu justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente das vendas de produtos compreende os montantes faturados líquidos de descontos e abatimentos.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

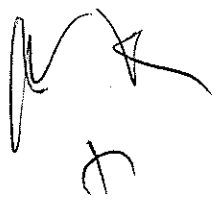
3.1.10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

3.1.11 - Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.



3.2 — Alterações nas políticas Contabilísticas

As alterações verificadas nas políticas contabilísticas resultaram das alterações introduzidas na NCRF-ESNL, por via da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho e da legislação posteriormente publicada que o complementa.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

4 - Fluxos de caixa

Ver alínea iii) do ponto 3.1.8 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2018	2017
Caixa	1.661,13	417,21
Depósitos à Ordem	10.877,84	10.387,70
Totais	12.538,97	10.804,91

5 – Rédito

Ver ponto 3.1.9 da nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Handwritten signature and initials in blue ink.

Réditos reconhecidos no período	2018	2017
Venda de bens		
Prestação de serviços	11.515,00	11.252,00
Juros		
Total	11.515,00	11.252,00

6 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.10 na nota 3 deste anexo

6.1 — Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

Entidades	2018	2017
Municípios	660,00	14.480,00
Total	660,00	14.480,00

7 - Instrumentos financeiros

7.1 – Clientes/utentes, fornecedores e Fundadores/patrocinadores| doadores| associados| membros

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
Ativos	2018			2017		
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores	3.350,75		3.350,75	2.671,75		2.671,75
Outros ativos correntes	1.800,00		1.800,00	19.020,00		19.020,00
Total	5.150,75		5.150,75	21.691,75		21.691,75
Passivos	2018			2017		
Outros Passivos Correntes	3.122,19		3.122,19	12.922,29		12.922,29
Total	3.122,19		3.122,19	12.922,29		12.922,29

7.2 – Fundos Patrimoniais

Rubricas dos Fundos Patrimoniais	2016	Aumentos	Reduções	2017	Aumentos	Reduções	2018
Fundos Líquidos	20,00			20,00			20,00
Resultados Transitados	10.577,85	3.909,80		14.487,65	7.813,81	-11.590,00	10.711,46
Resultado Líquido	3.909,80	5.066,72	-3.909,80	5.066,72	3.836,07	-5.066,72	3.836,07
Total	14.507,65	8.976,52	-3.909,80	19.574,37	11.649,88	-16.656,72	14.567,53

8 - Divulgações exigidas por diplomas legais

1 - Dando Cumprimento ao estipulado no art.º 210º do código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

2 - A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em mora.

9 - Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

9.1 – Outras contas a receber/pagar.

Outras contas a receber / pagar	2018	2017
Ativo - Outros créditos a receber		
Anabela da Silva Santos	1.800,00	2.250,00
Devedores por acréscimo de rendimentos		15.550,00
Autarquias		770,00
Outros		450,00
Total	1.800,00	19.020,00
Passivo - Outros passivos correntes		
Membros da Direção	1.588,00	1.588,00
Credores por acréscimos de gastos	1.534,19	11.334,29
Total	3.122,19	12.922,29

Handwritten signatures and initials in blue ink.

9.2 – Devedores e credores por acréscimos.

Acréscimos	2018	2017
Ativo - Acréscimos de rendimentos		
Subsídios Autarquias		12.000,00
Protocolo CNIS		3.550,00
Total		15.550,00
Passivo - Acréscimos de gastos		
Trabalhos especializados a liquidar	196,80	196,80
Honorários		450,00
Electricidade, água, comunicação a liquidar	17,39	37,49
Rendas e alugueres		6.150,00
Quotizações CNIS	1.320,00	4.500,00
Total	1.534,19	11.334,29

9.3 – Fornecimentos e Serviços Externos.

Fornecimento e Serviços Externos	2018	2017
Trabalhos especializados	504,30	196,80
Honorários	5.850,00	6.300,00
Serviços bancários	11,00	14,50
Material de escritório		239,18
Deslocações e estadas		57,96
Rendas e alugueres	73,80	13.566,90
Comunicação	239,66	363,66
Despesas de representação	1.694,67	2.856,28
Outros FSE (Seminário)	1.560,60	
Total	9.934,03	23.595,28

9.4 – Outros Gastos.

Outros Gastos	2018	2017
Quotizações	460,00	1.500,00
Total	460,00	1.500,00

9.5 – Outros Rendimentos.

Outros Rendimentos	2018	2017
Correções de períodos anteriores	20,10	880,00
Seminário	2.035,00	3.550,00
Total	2.055,10	4.430,00

9.6 – Proposta de Aplicação de Resultados

Aplicação dos RLE	2018	2017
Reservas Legal		
Reservas Livres		
Outras Reservas		
Resultados Transitados	3.836,07	5.066,72
Distribuição de Dividendos		
Total	3.836,07	5.066,72

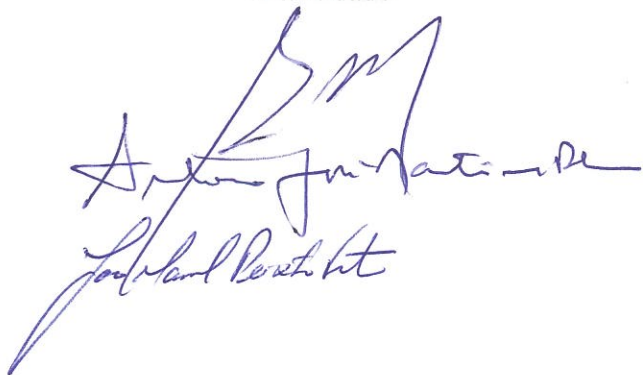
9.7 – Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

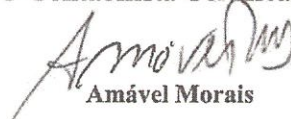
Chaves, 20 de março de 2019

A Entidade



António Gonçalves

O Contabilista Certificado



Amável Moraes
CC n.º 60953



RELATÓRIO

DE

GESTÃO

2018



RELATÓRIO DE GESTÃO (Exercício de 2018)

Senhores Sócios

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos n.ºs 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão da entidade:

União Distrital das IPSS de Vila Real

Relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

1- APRECIACÃO GLOBAL DA GESTÃO

No exercício de 2018 foi preocupação fundamental da Direção desenvolver todos os esforços no sentido de equilibrar a situação financeira da entidade, melhorando o seu desempenho e procurando uma utilização eficiente dos recursos da instituição, aliado a uma política de racionalização dos gastos.

Como reflexo de uma gestão equilibrada, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício positivo de 3.836,07€.

2- EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS E DO VOLUME DE NEGÓCIOS -

(Análise da produção e do volume de negócios relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução do Volume de Negócios

	2018	2017	Incremento na produção	
			Valor	%
Vendas Líquidas	11.515,00	11.252,00	263,00	2,34%
Variação da Produção				
Valor Bruto da Produção	11.515,00	11.252,00	263,00	2,34%



3- EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

(Análise das principais rubricas de gastos também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas; fornecimentos e serviços externos - subcontratos, eletricidade, combustíveis, comissões, outros; gastos com o pessoal; provisões; depreciações e amortizações e gastos e perdas financeiras)

Quadro da Evolução dos Gastos

	2018	2017	Incremento	
			Valor	%
FSE	9.934,03	23.595,28	-13.661,25	-57,90%
Trabalhos Especializados	504,30	196,80	307,50	156,25%
Honorários	5.850,00	6.300,00	-450,00	-7,14%
Deslocações e Estadas		57,96	-57,96	-100,00%
Comunicação	239,66	363,66	-124,00	-34,10%
Despesas de Representação	1.694,67	2.856,28	-1.161,61	-40,67%
Outros	1.645,40	13.820,58	-12.175,18	-88,09%
TOTAL FSE	9.934,03	23.595,28	-13.661,25	-57,90%
Outros Gastos	460,00	1.500,00	-1.040,00	-69,33%
Total dos Gastos	10.394,03	25.095,28	-14.701,25	-58,58%

4- EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de gasto, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as Prestações de Serviços e os Subsídios à Exploração que ascenderam em 2018 a 12.175,00€ (25.732,00€ em 2017).

Quadro da Evolução dos Rendimentos

	2018	2017	Incremento	
			Valor	%
Prestação de Serviços	11.515,00	11.252,00	263,00	2,34%
Subsídios à exploração	660,00	14.480,00	-13.820,00	-95,44%
Outros rendimentos	2.055,10	4.430,00	-2.374,90	-53,61%
Total dos Rendimentos	14.230,10	30.162,00	-15.931,90	-52,82%



5- TERCEIROS

O valor de 5.150,75€ (21.691,75€ em 2017) existente na rubrica Dívidas de Terceiros é referente a dívidas de fundadores e de outros devedores diversos que ainda não foram regularizadas.

O valor de 3.122,19€ (12.922,29€ em 2017) existente na rubrica Dívidas a Terceiros é referente a dívidas a outros credores diversos que ainda não foram regularizadas.

6- FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Desde 31 de dezembro de 2018 até à data deste relatório não ocorreu qualquer facto digno de referência.

7- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2018 será proposto a transferência do resultado líquido positivo de 3.836,07€ para Resultados Transitados.

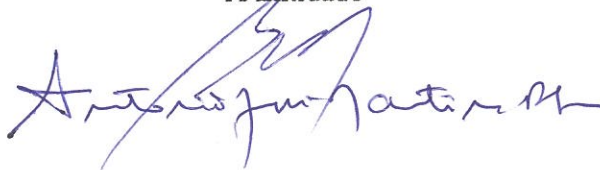
8- ENCERRAMENTO

Aos nossos clientes, aos nossos fornecedores e às instituições de crédito expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

~~Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.~~

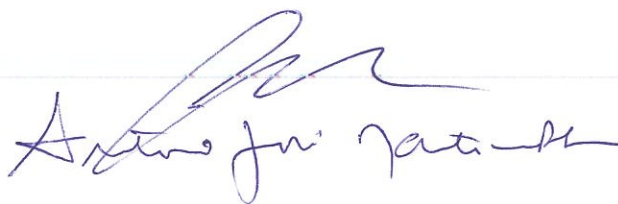
Chaves, 20 de março de 2019

A Entidade

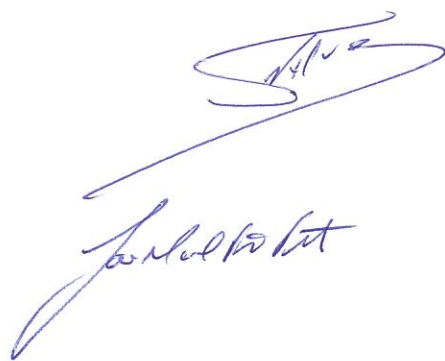


DECLARAÇÃO

Declara-se para os devidos efeitos e para depósito de contas do ano de 2018 que a esta instituição não lhe é exigida a designação de revisor oficial de contas para proceder à revisão legal já que não ultrapassou durante dois anos consecutivos dois dos três limites referidos nas alíneas a), b) e c) do art.º 262º do C.S. Comerciais.



António José



João